

O PDS inicia hoje ação contra o anexo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PDS na Câmara dos Deputados, Amaral Neto (RJ), anunciou ontem em plenário, diante do presidente da Casa, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que entrará hoje com ação popular na Justiça para sustar a construção do anexo 3 do Senado — um prédio de 13 andares destinado a novos gabinetes de senadores e de assessores. O parlamentar fundamenta sua petição lembrando que a legislação estabelece a presunção de ilegalidade para os contratos realizados sem concorrência ou outra forma de licitação.

A ação popular é contra o presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS) e os demais integrantes da Mesa, a Novacap — Companhia Urbanizadora da Nova Capital (incumbida de administrar as obras) e a Empresa de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S.C., contratada para a elaboração do projeto e os cálculos estruturais, que já recebeu Cz\$ 837 mil dos Cz\$ 2.527 mil combinados. O custo total da obra está estimado em Cz\$ 300 milhões.

"Esta atitude — disse Amaral Neto — pode parecer antipática em razão do espírito de corpo do Congresso. Mas a obra está na iminência de ser iniciada num momento em que o déficit público vem-se acumulando, obrigando o governo a recorrer a operações de crédito com títulos públicos e até a lançar mão do empréstimo compulsório para reforçar sua receita, sempre às custas do contribuinte."

Segundo o líder do PDS, é preciso sustar a construção "desse famigerado anexo 3, para que o povo brasileiro não venha a arcar com mais essa mordomia, que por certo ninguém pediu e ninguém quer". Lembrou que o próprio presidente do Senado, José Fragelli, afirmou há dias que se todos fizessem como ele, não contratando ninguém, não haveria necessidade de se construir o edifício.

"Isso é uma prova e também uma confissão — acrescentou Amaral Neto — de que o Senado vai construir um prédio para abrigar ociosos,

nomeados num 'trem da alegria'. E se o presidente José Fragelli reconhece isso, não será com a prática de um crime que se vai corrigir outro."

OBRA FARAÔNICA

Na ação a ser ajuizada hoje, Amaral Neto requer a citação dos réus; requisição à administração do Senado de todos os documentos relativos à construção do anexo; concessão de liminar suspendendo a prática de todo e qualquer procedimento administrativo relativo à obra; anulação do ato de dispensa de licitação para o projeto da obra e de todos os atos que se lhe seguirem; condenação dos responsáveis a devolver tudo que indevidamente pagaram ou receberam, com juros, multa, se houver, correção monetária; e apuração de responsabilidade penal e administrativa.

Na análise dos fatos que deram lugar à ação, o parlamentar sustenta que "o Senado Federal propõe-se a realizar uma obra faraônica, cujo preço estimado em Cz\$ 300 milhões é apenas referencial, pois pretende ampliar seu complexo de prédios, que já contém amplos gabinetes para os senadores, com sala, ante-sala e um gigantesco auditório, o 'Petrônio Portela', suficiente para abrigar todos os constituintes. É uma construção de 28 andares, sem mencionar o Centro Gráfico, o Prodases, o serviço médico, biblioteca, restaurante etc. O novo anexo, se construído, abrigaria o corpo de assessores da Casa, os assessores parlamentares do Poder Executivo, novos gabinetes de senadores, central de TV e equipamentos para a gravação da 'Voz do Brasil'".

Amaral Neto sustenta que "esta obra faraônica é considerada prioritária num momento em que o Judiciário reclama autonomia financeira para resolver necessidades elementares de sua instalação e a Funaben e as Febens não têm recursos suficientes para enfrentar o problema do menor abandonado".

Quanto à dispensa de licitação, com a entrega do projeto a Oscar Niemeyer, estranhou "não haver em Brasília, Rio, São Paulo, Minas e qualquer outro lugar do Brasil, mais ninguém que pudesse elaborar o malsinado projeto".